

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de julho de 2024 - Ata n.º 62.

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Bazana** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **62.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Deputado Bazana que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Bazana – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente e demais Parlamentares. (Procedeu à leitura da Ata da 61.ª Sessão Ordinária, de 2 de julho de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Não há Expediente a ser lido. Vamos já, de imediato, ao Grande Expediente. Por proposição do Ney Leprevost, vamos nesta tarde ouvir o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, que falará sobre o papel da instituição no contexto das eleições de 2024, no caminho da paz. Agradecemos aqui a presença do Sr. José Rodrigo Sade, Desembargador Eleitoral; do Major Nairo de Oliveira Cardoso da Silva, assessor da Polícia Militar

do TRE; e da Sr.^a Melissa Diniz Medroni, coordenadora de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Neste momento concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, proponente da vinda do nosso querido Presidente do TRE, para que faça uma saudação aos seus convidados.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Muito obrigado, Presidente Ademar Traiano. Senhores componentes da Mesa, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados e honrada plateia que, com sua presença, engrandece o Poder Legislativo do Paraná e que aqui vem trazer uma pauta muito justa, que é a “Adequação do QPP Já” para os policiais penais, que fazem a diferença no Estado do Paraná. (Aplausos.) Estamos aliados às senhoras e aos senhores nesta pauta. Contem conosco. Hoje temos o prazer de receber aqui o Sr. Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, que é o Presidente atual do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. O Desembargador Sigurd é filho de Sigurd Valdemar Bengtsson Junior e de Iraci Tereza Valla Bengtsson, nasceu aqui em Curitiba no dia 3 de dezembro de 1964. Bacharel em Direito. Ingressou na magistratura em abril de 1989, após concurso público. Como Juiz substituto atuou na Comarca de Wenceslau Braz. Após, como Juiz titular, trabalhou nas Comarcas de Nova Londrina, Toledo e Curitiba. Em 24 de março de 2014 foi promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sendo empossado em 26 de março de 2014. No exercício da magistratura ocupou as atribuições de Juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, foi Presidente das turmas recursais do Estado, Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, além de ser eleito para o órgão especial e para o Conselho da Magistratura. Foi designado para a função de Presidente da Comissão de Custas e Emolumentos e Presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJ-PR. Na área acadêmica, atuou como professor de Prática Processual na Escola da Magistratura do Paraná e como professor de Introdução ao Direito e Direito Civil na Unipar, em Toledo. No âmbito da Justiça Eleitoral, foi Juiz substituto em Wenceslau Braz, tendo colaborado com o Juiz eleitoral naquele município nas eleições de 1989, quando adquiriu grande experiência no assunto. Como titular, foi Juiz Eleitoral em Nova Londrina, Toledo e Curitiba, além de atuar como Juiz substituto no TRE-PR e Juiz

designado para colaborar na Zona Eleitoral de Matelândia. Em fevereiro deste ano tomou posse como Presidente eleito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para o biênio 2024/2025. Como tal, terá a imensa responsabilidade de comandar as eleições municipais neste ano, função que com certeza executará, como sempre, com a excelência, a competência, a independência e a serenidade que sempre pautaram a sua vida profissional. Cabe destacar aqui também que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná vem fazendo um excelente trabalho preventivo, orientando os partidos sobre a nova legislação eleitoral vigente no Brasil, já que sempre, no mês de outubro do ano anterior a cada eleição, temos alterações na legislação e, muitas vezes, os partidos ainda não estão adequados para cumprirem à risca essas novas normas. Portanto, o TRE está atuando de maneira muito dinâmica para informar e esclarecer os partidos. Quero aqui, também, na pessoa do Presidente Sigurd, saudar todos os funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que é um exemplo para todo o Brasil, um exemplo de eficiência, transparência e decência. Quero saudar os membros da Corte, começando pelo meu querido amigo Desembargador Eleitoral José Rodrigo Sade, que representa a classe dos advogados na Corte Eleitoral. Quero, também, registrar nossos cumprimentos e enviar um abraço ao Vice-Presidente e Corregedor, Desembargador Luiz Osório Moraes Panza; ao Desembargador substituto Luciano Carrasco Valavinha Souza; ao Desembargador substituto Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, meu contemporâneo de juventude por sinal; ao Desembargador Eleitoral Anderson Ricardo Fogaça, que é Juiz de direito efetivo na Corte; ao Desembargador Eleitoral Guilherme Frederico Hernandez Denz, Juiz de direito efetivo; ao Desembargador Eleitoral Plínio Augusto Penteado de Carvalho, Juiz de direito substituto; à Desembargadora Eleitoral Andrea Fabiane Busato, Juíza de direito substituta; ao Desembargador Eleitoral Julio Jacob Junior, que também representa a classe dos advogadas; à Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Juíza Federal efetiva no TRE; ao Desembargador João Pedro Gebran Neto, Juiz Federal e que faz a função de substituto no TRE; ao Dr. Marcelo Godoy, Procurador Efetivo; a Dr.^a Eloisa Helena Machado, Procuradora Substituta; e a Dr.^a Solange Maria Vieira,

Diretora-Geral do TRE. Também quero cumprimentar o Major Nairo de Oliveira Cardoso da Silva, assessor da Polícia Militar no Tribunal Eleitoral do Paraná; e a Sr.^a Melissa Diniz Medroni, Coordenadora de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Parabenizamos todos os juízes eleitorais de todas as Comarcas do nosso Estado e saudamos o Desembargador Sigurd pela sua feliz iniciativa, como Presidente, de promover de forma muito importante, também, a inclusão e a acessibilidade no Tribunal Eleitoral. São duas verdadeiras revoluções que ele está realizando, facilitando a participação das pessoas com deficiência e dos pacientes com doenças crônicas, para que também possam exercer a cidadania. O Tribunal Eleitoral do Paraná tem um papel fundamental também no combate às *fake news*, na proteção da democracia e na garantia da igualdade de condições para aqueles que vão disputar as eleições este ano. Há um compromisso irrevogável do TRE com a lisura do pleito eleitoral e queremos dizer aqui publicamente que confiamos muito na seriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Por isso, fizemos questão de convidar o Desembargador Sigurd para vir contar um pouco do trabalho que está sendo feito por essa Egrégia Corte no ano de 2024. Senhoras e senhores, muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao eminente Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

DESEMBARGADOR SIGURD ROBERTO BENGTSSON: Boa tarde a todas e todos. Excelentíssimo Sr. Deputado Ademar Traiano; Ex.^{mo} Sr. Deputado Ney Leprevost, que me honrou com o convite para estar hoje aqui, e na sua presença cumprimento todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná tem um propósito que está bem expresso ali no nosso slogan nessas eleições municipais, que diz o seguinte: “*Eleições de 2024: no caminho da Paz*”. Como o senhor sabe, Deputado Traiano, nossa urna eletrônica tem três teclas ali e a palavra “*paz*” se encaixou ali usando as cores da urna eletrônica: o branco, o laranja e o verde. Então, temos o propósito de conduzir eleições municipais em todo Estado do Paraná no caminho da paz. Não há sentido de famílias se desunirem, amigos destruírem a amizade, por causa de

eleições. Sabemos que faz parte do processo político o debate de ideias entre candidatos, mas não queremos um ambiente de inimizade, de destruição. Infelizmente, até mortes já ocorreram em pleitos eleitorais. Queremos que esta eleição transcorra em um ambiente pacífico, na paz, e temos certeza que contando com a participação, com o apoio da sociedade, da classe política, dos partidos políticos, conduziremos as eleições na paz em todos os municípios do Estado do Paraná. Apresentamos para sociedade então este projeto que é: *“Eleições 2024: no caminho da Paz”*. Fazemos isso hoje, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, neste ambiente aqui que é a sede da democracia de todo Estado do Paraná. Iremos às igrejas, às instituições, perante à comunidade do Estado do Paraná, para levar adiante aqui a proposta do Tribunal Regional Eleitoral que é conduzir as eleições de 2024 no caminho da paz. Para isso, iremos constituir um protocolo de prevenção à violência da cota de gênero. É um problema sério que temos nas eleições municipais. Já há uma posição pacífica do Tribunal Superior Eleitoral que a não observância da cota de gênero, e que se propicie condições para que as mulheres saiam como candidatas com viabilidade, leva à cassação de toda chapa. E isso é um drama – cassar um vereador que tenha tido uma boa votação por causa desse entendimento do Tribunal Superior Eleitoral de que o descumprimento da cota leva à cassação da chapa. Então, iremos desenvolver aqui pensando na paz, na pacificação das eleições, esse acompanhamento das cotas de gênero e da participação da mulher na política. Também temos a grata satisfação de vir aqui expor o projeto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná para que as pessoas com deficiência possam trabalhar como mesários nas eleições. Como sabemos, temos quatro mesários e queremos ter pelo menos duas pessoas com deficiência nos locais de votação. Quais são os locais de votação? Os colégios, os clubes. Que pelo menos duas pessoas com deficiência possam trabalhar como mesários, e isso dará aproximadamente, Deputado Ney Leprevost, o número de 10 mil pessoas com deficiência, que é o nosso projeto, que venham trabalhar nas eleições. O que se visa com isso é a questão da visibilidade das pessoas com deficiência. Queremos não só que cadeirantes, pessoas surdas, cegas, com Síndrome de Down, autismo,

paralisia cerebral, possam trabalhar como mesários nas eleições de 2024; queremos levar essa questão, esse debate, no ano eleitoral, da inclusão das pessoas com deficiência, combatendo o capacitismo. Iremos provar que as pessoas com deficiência, deficiência intelectual, que é tão mal entendida na sociedade brasileira, têm condições de participar do processo legislativo agindo, atuando como mesários. Esses são os planos principais das eleições de 2024. Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, o convite que me foi feito pelo Deputado Ney Leprevost. Agradeço também ao Deputado Ademar Traiano por esta oportunidade que deu ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Quero cumprimentar aqui, também, o Desembargador Eleitoral José Rodrigo Sade, que tem sido um parceiro em todas essas iniciativas do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Muito obrigado pela oportunidade e que possa eu voltar aqui, no final deste ano, para comemorarmos *“Eleições 2024: no caminho da Paz”*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou **suspender a Sessão** por alguns instantes, para que possamos fazer os registros fotográficos com o Presidente do TRE.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está **reaberta a Sessão**. Primeiro orador inscrito, Deputado Delegado Tito Barichello. Deputado Hussein, V.Ex.^a deseja usar do Pequeno Expediente?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, havia uma homenagem aqui, talvez a assessoria não falou para o senhor, mas são dois minutos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tito, peço licença para V.Ex.^a. Quero saudar aqui, Sr. Presidente, em nome da Vanderleia do Sindarspen, toda a sua diretoria. A Vanderleia que faz um belo trabalho, ela e toda a sua direção. Quero saudar os amigos do Sindarspen que estão aqui. E muito mais do que discurso... (Aplausos.) Obrigado. Muito mais do que discurso tem a prática. Vocês já conhecem a prática do nosso time aqui, e essa prática vai continuar. Estamos assumindo um compromisso de continuar lutando por vocês, por novas conquistas

pela frente. Podem contar com a Liderança do Governo e com todos os Deputados que compõem a nossa base. Hoje, rapidamente, Sr. Presidente, me permita fazer uma homenagem com voto congratulações pelos 30 anos do Sindicato. Uma atuação firme, forte, dedicada, lutando. Sou testemunha quanto esse povo aqui correu atrás das conquistas que já tivemos agora e das próximas que vamos ter. São 30 anos de valorização em defesa dos direitos dos policiais penais do Estado do Paraná. E também hoje vamos homenagear, e sinto que todos estão felizes em poder homenagear, não dá para homenagear todo mundo. Todo mundo sinta-se homenageado pela atuação do Sindicato e, também, ao recém-aposentado, querido por todos, Carlos Alberto de Carvalho. Está certo? Contem conosco. Esta Casa é de vocês. Obrigado. (Aplausos.)

(Procedeu-se à entrega da homenagem.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Primeiro orador, pelo União Brasil, Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder Governo, o Líder da Oposição, caros colegas e senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*; e meu cumprimento mais do que especial àqueles que efetivamente garantem a efetiva persecução penal, que é a Polícia Penal, que foram esquecidos no passado. Bem lembro quando a Polícia Penal, antigos agentes penitenciários, viviam em um sucateamento, com uma falta de respeito total por parte dos nossos governantes. Lembro muito bem, não sei se os senhores recordam, de antigos governantes que diziam: *“Eu invisto em educação, eu invisto em Polícia Civil e Penal, mas não invisto em cadeia”*. Era, infelizmente, um discurso retrógrado, um discurso ignorante de governantes passados. Hoje se compreende a importância da Polícia Penal, que o direito penal, que a pena só se materializa com a efetiva atuação de V.Ex.^{as}. Quando se diz que se objetiva no direito penal a prevenção geral, a prevenção geral que é tida coação psicológica, só existe com o efetivo trabalho de V.Ex.^{as}. A ressocialização da Lei de Execuções Penais só existe graças ao trabalho de V.Ex.^{as}. E também a retribuição, que é o

mal pelo mal, também isso acontece com uma Polícia Penal estruturada. Tão importante quanto à investigação feita pela Polícia Civil, tão importante quanto o trabalho da Polícia Científica, tão importante quanto o trabalho da Polícia Militar, que é ostensivo, é a Polícia Penal. Por isso, V.Ex.^{as} podem contar sempre com os Deputados desta Casa, com o nosso Governador do Estado, que tem uma visão aberta da realidade que vocês trazem para a persecução penal e para o direito penal. É por isso que o Paraná é um bom lugar para se viver, porque temos a melhor polícia do Brasil. Digo porque já fui delegado em Minas Gerais, digo porque já fui Chefe de Cadeia e eu conheço a dificuldade do trabalho de V.Ex.^{as}. Eu sei o que é fazer “bate-grade”, sei o que é atender presos na madrugada. E digo: é imprescindível o reconhecimento do trabalho de V.Ex.^{as}. Contem com meu apoio sempre! E quando defendo a Polícia Penal, data máxima vênica, estou defendendo a sociedade paranaense, porque é a sociedade que precisa do trabalho de V.Ex.^{as} porque, ao final, aqueles criminosos, aqueles bandidos voltarão a viver em sociedade e terão que se readaptar a viver em sociedade e passarão por um filtro, e esse filtro é o trabalho de V.Ex.^{as}. Contem sempre com o meu apoio. Por quê? Porque nós precisamos, ainda, ainda evoluir muito. Tivemos uma reestruturação dos cargos graças ao nosso Governador do Estado, graças ao apoio desta Assembleia Legislativa, mas precisamos evoluir muito ainda para termos uma Polícia Penal de primeiro mundo, comparável aos melhores países do mundo. Já temos, no meu entender, a melhor Polícia Penal do Brasil, mas ainda precisamos evoluir. E essa evolução vai levar, vai trazer retorno a quem? À sociedade, que é o nosso objetivo de existir – eu como delegado; vocês como policiais penais; a Polícia Militar; a Polícia Científica. Não é um fim em si mesmo. O nosso objetivo é levar qualidade de trabalho e segurança pública à sociedade. Então, contem com meu apoio, contem com a Bancada do Governo, contem com o nosso Líder do Governo que está aqui e que está sempre de braços abertos para melhorar a segurança pública. Um grande abraço para vocês. Parabéns ao Sindicato! Parabéns pela luta! E parabéns, também, pela forma com que o Sindicato trabalha, porque é um Sindicato que conversa, é um Sindicato que busca resultados, não é um sindicato que busca o embate. Tivemos uma triste

situação, nesta mesma Assembleia Legislativa, senhores, com a APP-Sindicato, dos professores, com a CUT, que eles buscam tão somente levantar o nome dos seus líderes através do confronto. E não é o confronto que leva a resultado não, é a conversa, é a troca de informações, e é por isso que estamos conseguindo melhorar cada vez mais a Polícia Penal... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Contem com o “Delegado Xerifão” sempre, porque a causa de vocês é a causa da sociedade paranaense. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, estamos convivendo com uma realidade dramática na cidade de Curitiba. Só na semana que passou, duas pessoas morreram nas ruas da cidade, moradores de rua mesmo que perderam a vida. É muito triste ver isso acontecendo, principalmente levando-se em conta que um desses moradores de rua é um ex-policial. Quero trazer aqui não a crítica apenas ao problema e à falta de atenção em relação a essa questão, até porque os números oficiais são de que temos na cidade pouco mais de 4 mil moradores de rua, o que, na minha opinião, não reflete a verdade. Acredito que são muito mais e que nem todos estão cadastrados. Mas se alguém me perguntasse: *“Ney, se você fosse prefeito de Curitiba como é que você tentaria resolver o problema dos moradores de rua?”* E eu diria que, em primeiro lugar, me dedicaria a fazer uma triagem muito detalhada, muito séria e muito transparente, porque nem todas as pessoas que moram nas ruas são pessoas necessariamente sem um teto. Muitas pessoas que moram nas ruas têm família que tem casa e essas pessoas moram nas ruas porque querem e necessitam, por questão de saúde, por não estarem tratadas, manter a sua dependência em drogas pesadas. É necessário fazer uma triagem para saber separar entre os moradores de rua quem é desempregado, e para esse que é

desempregado é necessário proporcionar cursos profissionalizantes, para que ele possa voltar ao mercado de trabalho. Saber entre os moradores de rua quem é mesmo um sem-teto, quem não tem uma casa para morar; e para esses é necessário a construção de moradias sociais. Eu, como Secretário de Justiça do Governo Ratinho Júnior, em pouco mais de três anos, com recursos do BID, fiz mais de 1.300 moradias sociais, em parceria com a Cohapar, no interior do Paraná. É necessário ver quem são as pessoas que estão morando na rua e não são sem-teto, não são desempregados, mas são dependentes de crack – para essas pessoas é necessário que reativemos de forma muito eficiente a nossa Rede de Saúde Mental. Outro dia eu conversava com um médico psiquiatra e ele me trouxe um dado de que Curitiba tem apenas 115 leitos psiquiátricos. Isso é muito pouco para atendimento da Rede de Saúde Pública. Cento e quinze leitos à disposição da população mais pobre é um número reduzido. Essas pessoas precisam passar por um processo de desintoxicação antes de irem para os Caps, que são os Centros de Atenção Psicossocial. E existem, também, no meio dos moradores de rua, pessoas que são foragidas da justiça e que se misturam para não serem encontradas. Então, tem que separar os cinco tipos de moradores de rua: o que é sem-teto, o desempregado. Às vezes, acumulam-se os problemas, mas separar o sem-teto e dar moradia social; o desempregado, curso profissionalizante; o dependente de crack ou de drogas mais pesadas, o tratamento com internamento hospitalar. Para aquele que é usuário de outras drogas os Caps precisam funcionar: a família deixa a pessoa lá de dia e vai buscar à noite. Ela vai para a casa medicada, faz uma série de terapias. E tem um quinto tipo de morador de rua hoje, que é a pessoa com esquizofrenia, que deixou de receber tratamento do Poder Público, que a família não dá conta de cuidar dessa pessoa e a pessoa mora na rua, muitas vezes porque não recebe um tratamento. Quem me contou isso foi uma freira... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ney, um minuto para concluir.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Solicito o Horário da Liderança do União Brasil, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado, Presidente Traiano. Quem me contou isso foi uma freire que trabalha na Casa da Copiosa Redenção. Ela relatou que, muitas vezes, quando vão dar o café da manhã para os moradores de rua, ela percebe pessoas que não são dependentes de crack, pessoas que têm problemas de saúde mental, mas que são pessoas esquizofrênicas que não estão recebendo tratamento. E tenho muitos amigos médicos psiquiatras e converso muito com eles, até por conta da minha função aqui de Coordenador da Frente Parlamentar de Medicina, e eles mesmos relatam que encontram pacientes seus no Centro da cidade falando sozinhos. Ex-pacientes que eles atendiam antigamente que deixaram de atender, porque durante a gestão do Ex-Prefeito Gustavo Fruet ele colocou aqui para cuidar da saúde mental, em uma diretoria importantíssima, uma pessoa chamada Marcelo Kimati, que tratou a questão da psiquiatria de forma ideológica e não científica, não médica, não humanitária, como se deseja. Ele tratou a questão de uma forma ideológica, preconizada pela Esquerda radical, que costuma confundir luta antimanicomial, que foi uma coisa importante e necessária no Brasil, com não internamento de pessoas que necessitam se desintoxicar. É importante ressaltar, Presidente, que a legislação brasileira prevê o internamento compulsório daquela pessoa que, ao utilizar uma droga pesada ou mesmo que ao se exceder no álcool, coloca em risco a sua própria vida e a vida do próximo. Por exemplo, alguém que consome uma droga e sai dirigindo, o juiz pode determinar que seja internado compulsoriamente. Um dependente de crack que saca uma faca ou uma navalha e ameaça alguém nas ruas do Centro de Curitiba, por exemplo, caso a pessoa não dê dinheiro para esse dependente, o juiz pode determinar, sim, que essa pessoa seja internada compulsoriamente para passar pelo processo de desintoxicação. Assim como existe também previsto na lei o internamento involuntário.

Deputado Doutor Antenor (PT): Concede um aparte?

Deputado Evandro Araújo (PSD): Aqui também um aparte.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Na sequência, Deputado Evandro. Existe também previsto na lei o tratamento involuntário. Nada impede que uma assistente social da Prefeitura, quando constata que um morador de rua está em situação mais dramática, está extremamente doente, está à beira de provocar a própria morte por uso abusivo de crack ou de outras drogas, que a Prefeitura autorize essa assistente a ir na casa do familiar desse morador de rua e consiga um documento assinado pela família autorizando o internamento involuntário, que vai precisar também de uma assinatura do psiquiatra. Portanto, quero dizer aqui que é possível, sim, resolver a questão dos moradores de rua. Temos que devolver as ruas da cidade aos curitibanos. Vejo os moradores de rua com muito humanismo, me preocupo muito com eles, mas também não é justo que o cidadão que paga impostos tenha pessoas defecando, urinando na porta do seu estabelecimento comercial. A questão dos moradores de rua se resolve com afeto, com ternura, com ciência, com amor, mas também com firmeza, principalmente fazendo essa triagem e tirando das ruas aqueles que são criminosos foragidos da justiça, que se misturam em meio aos moradores de rua para não serem encontrados. É por isso que precisamos também transformar a Guarda Municipal de Curitiba em polícia da cidade, para estabelecer lei e ordem no município. Todas as grandes capitais dos países evoluídos têm as suas Polícias Municipais. O Supremo Tribunal Federal já declarou que as Guardas Municipais podem, sim, efetuar prisões. Por que não transformarmos a Guarda Municipal em polícia da cidade, para fazer o trabalho de prevenção ao crime utilizando, inclusive, inteligência das câmaras da cidade, que precisam ser interligadas às câmaras de todas as polícias. As câmaras, inclusive, de condomínios, que podem se dispor voluntariamente a oferecer imagens para o policiamento de inteligência. Tudo é questão de prioridade, de vontade política. Curitiba tem uma arrecadação anual próxima de R\$ 12 bilhões. Está na hora de investirmos em segurança pública, de termos a polícia da cidade dando treinamento para os guardas municipais, valorização, salário justo, equipamentos, para que eles possam ajudar. A nossa Polícia Militar é heroica, é a melhor Polícia Militar do Brasil, é eficiente no combate ao crime, mas o contingente, o número de homens e mulheres da Polícia Militar

para atuar em Curitiba é inferior ao necessário, pelo tamanho da cidade. Uma cidade que tem já mais de 1 milhão e 770 mil habitantes precisa ter a sua polícia da cidade, colaborando com a PM e com a Polícia Civil. Concedo o aparte, com muito prazer, ao meu colega Deputado Evandro Araújo.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Ney, é fato o aumento da população em situação de rua nos últimos anos. Nos últimos cinco anos, quatro ou cinco anos, vimos um aumento muito grande. Percebemos aqui na Capital; percebemos isso em Maringá, Londrina; por onde vamos percebemos esse aumento. Vossa Excelência mapeou aqui cinco variáveis possíveis que explicariam esse aumento, fato é que precisamos enfrentar. O senhor falou da esquizofrenia, de problemas mentais, mas voltando à questão da dependência química, que é sim um grande desafio, percebemos que o assunto também tem relação. Então, quero aproveitar essa sua fala só para chamar a atenção que existia uma política de subsidiar vagas para dependentes, uma política do Governo Federal para subsidiar vagas nas comunidades terapêuticas, e que essa política me parece, salvo o melhor juízo, que foi suspensa. E o Estado, na minha opinião, também poderia, Deputado Hussein, ter uma política estadual para subsidiar esses tratamentos para pessoas carentes, nessas comunidades terapêuticas. Acho que já passou do momento que tenhamos alguma articulação política no Estado para atacar especialmente essa questão da dependência química, que vai fatalmente colaborar na política pública para resolver essa questão dos moradores de rua. Então, assim, esse é um assunto que mexe, que vale a pena se debruçar. Cumprimento-o pelo discurso.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Obrigado pelo aparte, Deputado Evandro. O senhor tem razão. Temos que incentivar, sim, a possibilidade de internamento, porque a família que tem poder aquisitivo elevado, quando uma pessoa está no fundo do poço, abusando de uma determinada droga ilícita ou até mesmo do álcool – o álcool é uma droga perigosa também quando consumida em excesso, ainda mais para quem dirige, ninguém deveria dirigir alcoolizado e existem punições rigorosas para isso –, mas a pessoa de bom poder aquisitivo, elevado, interna em uma clínica esse familiar. E a pessoa que não tem poder aquisitivo, muitas vezes, não consegue dar conta de atender essa pessoa, não

consegue uma vaga para internamento e essa pessoa acaba indo morar na rua. Então, a sensação que tenho, andando pelas ruas de Curitiba, é que existem essas cinco variáveis ou até mais, mas de que a principal causa do aumento de moradores de rua ainda é a proliferação dessa droga maldita que é o crack. Não podemos permitir que Curitiba se transforme em uma Cracolândia. Temos que devolver às ruas de Curitiba a nossa gente, e isso passa por um olhar humano mais firme em relação à questão dos moradores de rua. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Renato Freitas. Antes disso, registro a presença na Casa do Sr. Aloísio Nascimento, Presidente do Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial – Consepir, a pedido do Deputado Anibelli Neto; e a visita dos jovens aprendizes da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, acompanhados pela Coordenadora do Projeto Loisleynes Bastos da Rocha, também por solicitação do Deputado Anibelli Neto. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Os pilares da nossa democracia são as nossas instituições, notadamente o Poder Legislativo, representado no Estado do Paraná por esta Casa, o Poder Executivo, que está nas mãos do Ratinho Júnior, e o Poder Judiciário. Em tese, esses três Poderes cooperam entre si e também, por que não, fiscalizam um ao outro. Mas o que ocorre quando a base da democracia está completamente apodrecida a ponto de a realidade ser esfregada na nossa cara para que acordemos? Como foi o caso do Desembargador Luís Cesar de Paula Espíndola, da 12.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que, ao se deparar com um processo em que um professor do interior do Estado tinha contra si uma medida protetiva para que não se aproximasse de uma estudante, uma criança de 12 anos de idade, ele recorria para que a medida caísse e ele pudesse dessa criança se aproximar. O fundamento eram as mensagens que o professor durante a aula mandava no *WhatsApp* da criança, mensagens elogiosas para uma criança, que os pais, tomando conhecimento, buscaram socorro à Justiça e conseguiram a medida. Mas, o entendimento do Desembargador Luís Cesar de Paula Espíndola hoje é o contrário. Isso, segundo ele, é um discurso feminista desatualizado, porque se todos saírem às ruas hoje

em dia perceberão que são as mulheres que estão assediando os homens. Segundo ele, as mulheres estão loucas atrás de homens, porque são muito poucos. Segundo ele, esse é o mercado. Mas ele não falava de uma mulher adulta, com capacidade de entendimento e de agir conforme esse entendimento, ele estava falando nesse julgamento sobre uma criança. E quem tem coragem de denunciar uma podridão como essa? Ninguém, pois vem de um Desembargador. Talvez aqui teriam até, porque muitos aqui não têm medo, pelo contrário, têm laços de parentesco com os Desembargadores, jantam com ele alguns aqui nos banquetes fartos, encastelados em seus privilégios. Recentemente, uma reportagem do *Portal Terra* nos disse que o Judiciário paranaense é um dos mais caros do Brasil, e o Brasil tem um dos Judiciários mais caros do mundo. A média de salário líquido aqui é de mais R\$ 45 mil. Depois da reportagem, sabe o que fizeram os membros da Associação dos Desembargadores, dos Juízes do Paraná? Ao invés de corrigir o salário que era acima do teto, eles mudaram o Portal da Transparência, para que seja necessário colocar CPF, nome, número de telefone, todos aqueles que ousarem consultar os rendimentos dos marajás. E mais, quando foi feito, ao meu ver, contra o interesse... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, V.Ex.^a tem um minuto para concluir, ou pode falar no horário do PT.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Estendo para o horário do PT, Ex.^a. Quando foi feito aqui nesta Casa um acordo de não persecução jurídica, que colocava em sigilo absoluto o crime cometido pelo Presidente da Casa Ademar Traiano, quem assinou, quem homologou foi um Desembargador, quem propôs foi um membro do Ministério Público. E, pasmem, nessa troca de favores entre a nobreza do Estado, que se encastela em seus privilégios, quem paga a conta é o povo. E digo como. Fiz uma pesquisa rápida e percebi que apenas durante a gestão do Presidente da Casa foram criados cerca de 500 cargos comissionados para o Ministério Público, fazendo com que proporcionalmente o Ministério Público do Estado do Paraná tenha mais servidores comissionados do que o Ministério Público da maior Capital da América Latina, São Paulo. Todos eles ajudam uns aos outros em detrimento do interesse do povo e, nesse caso, do interesse de

uma criança de 12 anos. Esse Desembargador, em um País sério, em que se respeita o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria receber voz de prisão durante essa sessão de julgamento. Há pouco tempo, soubemos que um Ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná foi pego vendendo sentenças de guarda familiar, retirando a guarda da mãe e dando para o pai, que era empresário endinheirado, à custa de dinheiro e, claro, de sua própria alma. E o que aconteceu com esse Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná à época? Ficou alguns dias afastado, recorreu no Conselho Nacional de Justiça e hoje atua na área criminal, distribuindo a Justiça a quem dela precisa. Alguns Juízes são absolutamente corruptíveis, ninguém e por nada consegue induzi-los a praticar a Justiça. Nasceram, portanto, para defender o seu próprio umbigo, a sua própria família, a sua própria classe. Por isso, no Brasil, um Desembargador recebe aproximadamente 30 vezes o que recebe um cidadão comum; um mês de recebimento de rendimento de um Desembargador equivale a três anos e meio de salário daqueles que de fato constroem o nosso País, aqueles que geram riquezas, que levantam edifícios, que limpam as ruas, que fazem o pão, que servem o pão, que estendem a mesa e que limpam o banheiro dos nobres. E o filho da empregada, no menor erro, é julgado com os rigores dos Desembargadores e dos políticos, que levantam, estufam o peito de forma hipócrita e dizem: *“O filho da empregada roubou. Bandido bom é bandido morto. Que se mate, que morra, que dê 10 tiros!”* É nesse cenário que vemos Deputados como o Tito Barichello, como o Ricardo Arruda, hipócritas, subirem àquela tribuna e dizerem que aquele que cometeu um crime tem que morrer. Mas não vi, em nenhum momento, um desses dois Deputados ou qualquer outro que defenda a tese de que bandido bom é bandido morto subindo ali, naquela tribuna, e dizendo que o Deputado aqui desta Casa que cometeu um crime tinha que morrer! *Tchutchucas* com os poderes, leões famintos, raivosos e traiçoeiros com o filho da empregada. Quem são essas pessoas? Ou melhor, a quem servem essas pessoas? Como representante do povo, assim como todos aqui, mas especialmente do lugar de onde vim, porque, diferente da maioria desta Casa, tive carteira de trabalho registrada com um salário-mínimo, dentro de um

supermercado, dentro de um shopping, como vendedor na Rua XV. Atravessei desertos trabalhando em lugares insalubres, enfrentando o inferno e sobrevivi e hoje estou aqui para dizer que o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário não servem ao povo e que, portanto, a democracia brasileira é uma democracia do *faz de conta* e que por isso, cada vez mais, a população se enraivece, revolta-se e procura alternativas. Infelizmente, essas alternativas acabam flertando, conversando com o autoritarismo. Já que a democracia não funciona, então que se eleve o governo das armas, da força bruta. E peço encarecidamente ao povo paranaense e ao povo brasileiro, desta nação que me orgulha, que não desistam da democracia; pelo contrário, compreendam cada vez mais os vícios dessa democracia, para resolver o nosso problema não com autoritarismo mas, sim, com mais democracia, e para isso é necessário participar. Como as pessoas vão as pessoas vão às ruas para falar de crimes cometidos no bairro por dependentes químicos que entram na casa dos outros, furtam varal, furtam botijão de gás, roubam o trabalhador no ponto de ônibus, para pegar um aparelho celular e usar crack na primeira biqueira. Essas pessoas têm que ser tratadas e, quando necessário, punidas; mas aqueles que, de colarinho branco, roubam todo o povo, esses são os piores criminosos, porque quando se rouba da saúde, da educação, da segurança pública, você promove uma mortandade. Milhares de pessoas neste momento estão morrendo na fila do posto de saúde da unidade mais próxima à sua casa. Pelo desvio da segurança pública, muitos agentes da segurança pública estão enlouquecendo e se tornando dependentes químicos; pelo desvio da educação, como foi o caso da *Operação Quadro Negro*, muitos jovens estão perdendo a esperança... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Estão perdendo a única possibilidade de mobilidade social que existe no nosso País, que se dá a partir da educação, da profissionalização e da empregabilidade. Não sendo educados, alfabetizados, acabam onde? Engrossando o número da estatística no sistema penitenciário brasileiro. As lutas, senhoras e senhores, estão todas entrelaçadas. Faço aqui o

meu protesto, para que um dia o povo lote esta Casa e comece a eleger pessoas do povo e não os barões. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Senhor Presidente e Senhores Deputados, Mesa e presentes, já há algum tempo não ocupo este espaço. Onde está o Deputado Ney Leprevost? É para ele que me dirijo. Não está. O Ney Leprevost, quando se posiciona, podemos divergir, mas sempre há um conteúdo de fundo para que possamos debater. Isso é importante. Pois bem, o Deputado Ney Leprevost colocou uma discussão muito importante com relação às pessoas em estado de rua, muito bem aparteado pelo Deputado Evandro, mas que é necessário... Em uma das pontuações há uma injustiça embutida dentro do discurso do Deputado Ney Leprevost, e a ele que queria me dirigir neste momento. Ney Leprevost diz que há uma postura inadequada, errônea, sectária – ele falou em outras palavras, mas é o que guardei – com relação à luta antimanicomial, que é uma luta antiga do mundo todo – está aí o Deputado Turini que sabe do que falo também –, que é uma luta antiga no nosso País e no mundo como um todo. Todo mundo conhece ou já ouviu falar da palavra *pinéu*. *Pinéu* se tornou uma gíria que se vinculava, que se relacionava à esquizofrenia, à loucura de maneira geral. *A pessoa enlouqueceu, a pessoa está pinéu*. E todo mundo sabe do papel desse médico *pinéu* que, pós idade média, vai separando os pacientes, tira os pacientes psiquiátricos, separa dos hansenianos, os leprosos da época, e separa de outros doentes e cria uma estrutura para tratamento do paciente psiquiátrico, a estrutura asilar. E quando vamos abordar de forma veemente, como foi o caso do Deputado Ney Leprevost, a resolução do problema das pessoas em estado de rua, bem aparteado, como disse, pelo Deputado Evandro, há um equívoco, e o equívoco de fundo é justamente imaginar que alguém em situação de rua, que a maioria deles são psicóticos, são doentes, os chamados doentes mentais. E aí o acometimento da injustiça vem justamente por conta da luta antimanicomial. E queria fazer aqui um corte propriamente brasileiro desse combate a esta visão antimanicomial. Para os senhores saberem, e os

senhores com certeza acompanharam, durante décadas e décadas havia pessoas que eram prisioneiras em hospitais psiquiátricos. E não eram pouco, eram 30, 40, 50 anos prisioneiros. O paciente psicótico era tratado de fato como bandido, alguém que deveria estar em estado de reclusão, retirado da sociedade. As famílias se livravam desses pacientes. Na década de 80, o Partido dos Trabalhadores, que eu defendo, o PT, na cidade de Santos, uma figura exponencial, um médico chamado David Capistrano, psiquiatra, que veio do PCdoB, mas filiado ao PT, no Governo da companheira Telma de Souza, do Partido dos Trabalhadores, que vai governar durante oito anos, lá se cria o chamado Hospital-Dia, onde o paciente é trabalhado com equipes multidisciplinares, não é mais uma prisão, e volta para casa. Os casos agudos aqui colocados são tratados, sim, com a estrutura asilar, mas são casos agudos da alucinação visual, auditiva, da heteroagressividade, naquele momento esses pacientes são tratados. Esse modelo vai ser utilizado pelo Governo Lula. David Capistrano foi Prefeito de Santos, posteriormente morre em um transplante de fígado, assim como Paulo Freire morreu, em um transplante de fígado, e quando o Governo Lula assume ele chama a equipe do David Capistrano, e os senhores conhecem os Caps I, Caps II, Caps ad, conhecem por aí. Essa estrutura vem e combatem em especial a estrutura asilar, que escraviza, que aprisiona os pacientes psiquiátricos. Aprisiona, a família se livra, fica 30, 40, 50 anos. Há histórias e histórias, há relatos de prisões de pacientes psiquiátricos. Então, há uma injustiça com relação à Esquerda... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): E falo como médico e como estagiário por três anos no Hospital San Julian, que é uma referência, e que era uma estrutura asilar. Posteriormente, essa estrutura migra justamente pelo ensejo, pela luta da Esquerda Brasileira, na figura do David Capistrano, da Telma de Souza. Então, não podemos cometer uma injustiça. Sim, temos que resolver a questão das pessoas em situação de rua e lembrar que esses de fato são os mais frágeis entre todos os fragilizados deste nosso País; e os pacientes

psiquiátricos e em situação de rua, se houver, também são os mais frágeis de todos, porque o preconceito ali está. Além de estar em situação de rua ainda são vistos como loucos, como bárbaros e até como assassinos, aqui colocado pelo nosso querido Ney Leprevost. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Cumprimento a Mesa, o nosso Presidente e todos aqueles que nos seguem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Antes de começar a minha fala, gostaria de pedir a atenção dos senhores e das senhoras para essas fotos que estão no nosso telão, que pedi permissão ao nosso Presidente, que mostram uma região da nossa cidade de Curitiba, no bairro do Caximba, muito conhecido, na região Sul da cidade, quase divisa lá com a Fazenda Rio Grande. E, na sequência, verão aí como ficará esse bairro do Caximba, após uma grande intervenção do nosso Prefeito e de toda equipe do Ippuc e da Prefeitura de Curitiba. Essas fotos são de uma ocupação chamada 29 de outubro, no bairro do Caximba. Como Secretária de Saúde estive inúmeras vezes lá, inclusive com a equipe da saúde, para promover intervenções para minimizar o sofrimento das pessoas que lá vivem. Subo nesta tribuna para falar dos bons programas que estão sendo desenvolvidos e das grandes entregas realizadas pela Prefeitura de Curitiba, sob a gestão do Prefeito Rafael Greca. Esse projeto está em pleno desenvolvimento no extremo Sul da cidade e figurará, depois de pronto, entre os grandes feitos de uma cidade reconhecida pela qualidade das suas intervenções urbanísticas. Talvez por isso seja alvo de comentários enviesados, próprios dos anos eleitorais, em que a realidade é deturpada pela busca de votos dos opositores. Inclusive vários dos opositores do Prefeito e que pretendem a Prefeitura de Curitiba já estiveram, Deputado Renato, no comando da Prefeitura da cidade e nada fizeram por essa região. Então, vamos aos fatos. Essa ocupação ocorreu ao longo de mais de 12 anos antes do Prefeito Rafael Greca assumir a gestão em 2017. Grupos que lá se instalaram passaram a explorar a boa-fé de pessoas em busca de moradia, oferecendo lotes em terrenos na área

de cavas do rio, onde esses mesmos grupos ofereciam à empresas empreiteiras para despejar restos de materiais de construção, portanto uma ocupação irregular. O resultado foi condições de vida abjetas, por óbvio, com ocupação de parte do leito do rio, quando qualquer chuva promovia alagamentos que traziam toneladas de lixo para dentro das casas. Uma situação complexa e absolutamente inadmissível em qualquer lugar neste mundo. O Prefeito Rafael Greca enfrentou a situação desenvolvendo um programa com qualidade e característica da nossa cidade, e na semana passada entregou as primeiras 60 moradias do Bairro Novo da Caximba. São as primeiras de um conjunto de 1.693 famílias que serão realocadas. Todas as novas unidades habitacionais do Caximba ficam em ruas pavimentadas, com saneamento e coleta de lixo, iluminação adequada, microgeração de energia solar fotovoltaica, além de reservatório para captação e reuso da água da chuva. O programa, no entanto, é muito mais do que isso. As casas fazem parte de uma ampla e total regularização da região, que inclui um novo parque linear à beira do rio, preservando a área de proteção ambiental e impedindo futuras moradias em áreas de alagamento, além de ações econômicas, sociais e na área de saúde para todos os moradores, inclusive com a construção de uma nova unidade de saúde. Um trabalho integrado com a população que merece essa atenção. Estamos falando de moradia digna em uma área regularizada. Como todos devem saber aqui, não existem soluções simples para problemas complexos como o Caximba. As soluções levam tempo, demandam estudos, análises e financiamento. A área de habitação popular era especialmente desafiadora no início da gestão Greca, fruto do caos deixado pela administração que o precedeu. É preciso lembrar que a nossa Companhia de Habitação Popular de Curitiba estava em uma grave crise financeira, assim como a cidade de Curitiba estava em colapso com as suas finanças. Graças ao bom planejamento fiscal, redução de custos administrativos, renegociação de dívidas e mutirões para diminuir a inadimplência, os resultados apareceram e estão ganhando escala. Com as novas casas do Caximba foram entregues quase 2 mil e 700 novas moradias, entre imóveis da fila da Cohab e reassentamento de moradores que viviam em áreas de risco social e foram

transferidos. É preciso lembrar também que o resultado foi obtido em um cenário em que os recursos federais, absolutamente necessários para programas de habitação popular, minguaram. Com a criatividade e competência peculiares do Prefeito Rafael Greca, dispondo do orçamento próprio, buscando financiamento internacional e parcerias com a iniciativa privada, além de alteração no Fundo Municipal de Habitação para incrementar recursos, essas alterações permitiram um aumento de 4.500% no ano passado, permitindo um aporte de quase R\$ 23 milhões a esse fundo. Esse crescimento superlativo dá bem a dimensão da importância do ajuste feito e de quanto era inexpressivo em gestões anteriores. Além disso, com o retorno do Programa *Minha Casa, Minha Vida* do Governo Federal, Curitiba já está trabalhando na contratação de três novos empreendimentos para atendimento de famílias com renda inferior a R\$ 2.640,00. Serão cerca de 450 novas unidades nesse programa. Atualmente, há outras 1.100 casas em construção para atendimento de famílias que deixarão áreas sujeitas à alagamentos em diferentes regiões da cidade. Talvez alguns pré-candidatos não saibam ou não queiram saber desse cenário e, no jogo da política sem propósito, se apeguem um ou outro recorte parcial de dados. Não deveria, mas, infelizmente, faz parte do jogo político... (Manifestação das galerias.) Não terminei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): ... Mas as milhares de pessoas beneficiadas, que saíram das péssimas condições de moradia e hoje têm teto digno para morar, sabem muito bem o que foi feito nesta cidade. E isso que importa, pois a razão da política – e política com propósito – é transformar a vida das pessoas para melhor. Queria aproveitar os minutos que me restam, Sr. Presidente, para falar também de um assunto que foi tocado aqui pelo Deputado Ney e pelo Deputado do PT, o Doutor Antenor: a questão do morador de rua. A questão do morador de rua é muito mais complexa do que parece, e não podemos colocar ideologia nessa discussão. Há muitas questões ideológicas colocadas em pauta na discussão dessas pessoas. Posso falar porque trabalhei como Secretária cinco anos e temos uma dificuldade muito grande. Por um lado, a sociedade tem

dificuldade, quer que retiremos da porta as pessoas, os moradores de rua; mas, por outro lado, há um grupo em um assistencialismo muito grande. Nem uma vertente, nem outra; eu diria que precisamos sentar maduramente com a sociedade e discutir, porque as famílias não querem essas pessoas. Infelizmente, a recuperação de pessoas com dependência química ainda está muito longe em termos de conhecimento científico e técnico de dar conta. Mesmo os bons serviços conseguem recuperar apenas 40% das pessoas, com muita insistência e com muito apoio familiar, que essas pessoas que estão na rua não têm apoio familiar porque as famílias não dão conta de lidar com a complexidade. Quase todos os usuários de drogas acabam desenvolvendo transtornos mentais como consequência. Pouca gente sabe, mas o uso de drogas é um gatilho para desencadear transtornos mentais como esquizofrenia, crises psicóticas, enfim, que são muito complexas e que demandam um trabalho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir, Deputada.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Espero que esta Casa não fique apenas no debate e que possamos aprofundar seriamente essa questão. E aí preciso falar de uma questão: do subfinanciamento dos leitos psiquiátricos. Hoje, no Brasil, se paga R\$ 56 a diária de um leito psiquiátrico. Então, não há possibilidade de ampliar esse serviço se não houver aporte de recurso, especialmente do Governo Federal, nessa questão. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui na Sessão Plenária. Primeiramente, quero falar a respeito do grande evento conservador que tivemos no Balneário Camboriú, o CPAC, que é o maior evento conservador do mundo. Evento lotado, mais de 3.500 pessoas ali estiveram, importantes palestrantes ali estiveram: José Antonio Kast, ex-deputado e presidenciável do Chile; Manuel Adorni, porta-voz da presidência da Argentina; Gustavo Villatoro, Ministro da

Justiça de El Salvador; Eduardo Verástegui, ator e ativista mexicano. Tivemos o Governador de São Paulo, o Tarcísio; o Governador de Santa Catarina, o Jorginho; o Presidente da Argentina, o Milei; e, óbvio, o nosso eterno Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um evento sensacional, um evento que está mostrando ao mundo a diferença que tem de Esquerda e de Direita. A diferença é nítida. Temos um exemplo aqui muito rápido: Bolsonaro sai do poder, entra Lula com sua quadrilha, pega um Brasil com superávit, estatais dando lucro, PIB subindo, desemprego diminuindo, em dois anos estamos no buraco. Tudo ao contrário: PIB caindo, inflação aumentado, dólar bateu 5,60 na semana passada. Enquanto a Argentina, em apenas seis meses, o Milei já reverteu a posição da Argentina, já deu superávit a Argentina. Veja a diferença de um Governo honesto que a Direita faz e um Governo corrupto que a Esquerda faz. Isso é no mundo inteiro. Então, parabéns aos organizadores do evento CPAC. Acho que quem foi, aprendeu muito, e cada dia estará mais forte o movimento no Brasil e no mundo, mostrando as diferenças. Nós somos contra a liberação de drogas, contra o aborto, contra a doutrinação em colégio, e a Esquerda é favorável a tudo isso. Tudo que não presta, a Esquerda é favorável. A Esquerda fala em democracia, mas bate palma para a ditadura. É só ver o Lula, vejam as falas do Lula e quem ele defende: defende Maduro, defende o ditador de Cuba, da Nicarágua, da China. Só não enxerga quem não quer que o Lula é um ditador, um ladrão ditador. E quando aquele Deputado Renato Freitas vai naquela tribuna e nos chama de hipócritas, mais hipócrita que ele não existe, porque como ele vem falar aqui... Primeiro que nós aqui não falamos, nem eu, nem o Delegado Tito, que bandido bom é bandido morto. Não! Bandido bom primeiro é na cadeia. Bandido em confronto, melhor que caia o bandido sempre, sempre, porque quem está autorizado a andar armado na rua é o policial, não é vagabundo. Então, que caia o vagabundo sempre. Essa é a grande diferença. O Renato Freitas defende sempre o lado da bandidagem. Não sei qual o interesse que ele tem, quais amigos que ele tem. Ele deve estar feliz da vida que o STF liberou o uso de maconha. Como usuário, deve estar contente, deve ter amigos que vão ficar ricos, mais ricos ainda porque vão poder vender agora maconha até 40 gramas. Então, Deputado que defende vagabundo,

marginal, que defende liberação de drogas, que moral tem para chamar alguém de hipócrita? Um Deputado que em um relato a ex-companheira dele diz que ele era machista, que humilhava, que maltratava, e aqui vem falar em defender mulher. Então, olha a hipocrisia. Esse rapaz aqui vive da mentira. Vive de uma mentira, acusa todo mundo e não enxerga ele próprio e o passado dele. E sabemos com quem ele anda, o que ele faz, o que ele gosta de fazer. Nós sabemos, muita gente sabe. E em breve, um dia, vai ser revelado tudo isso aí. Vamos aguardar, gente. Vamos aguardar. Agora, o que me deixa pasmo é ver um Deputado do PT chamar juiz e desembargador de corrupto aqui, nesta tribuna, ou melhor, naquela tribuna da Esquerda. Ora, um cara que é do partido do Lula, do Lula, o maior ladrão do Brasil; o cara que foi investigado, julgado, condenado, preso e o STF colocou em liberdade. Não vi ele falar nada do STF aqui. Ele fica caladinho, porque o STF defendeu o bandido que ele idolatra, o Lula. Então, se vamos falar aqui em Judiciário, vamos falar da Suprema Corte. Quem manda no Brasil hoje? Alguém tem alguma dúvida? Narcotráfico, junto com Lula e junto com a Suprema Corte. Ora, está muito claro. Colocaram um Ministro da Justiça lá e as fugas do presídio de segurança máxima, que nunca teve, estão acontecendo. E o Lula mandou pôr em sigilo as fugas. Olha, é difícil de engolir. E outra, um governo que, em apenas dois anos, já teve vários escândalos de corrupção. Foi corrupção na compra do milho que está sendo investigada; na compra do arroz. E agora o “Montanha”, o “Montanha”, o Ministro Paulo Pimenta, do Secom: *“TCU – Tribunal de Contas da União aponta indícios de fraude em megalicitação da Secom”*. Mais de R\$ 200 milhões. É corrupção atrás de corrupção. E o cara tem a cara de pau de vir acusar alguém naquela tribuna. Isso é falta de vergonha na cara! Isso é hipocrisia! Ora, óbvio que não vamos ficar calados. E tem gente aqui, ainda, que defende o Governo Lula, um governo que tem um rombo de 60,98 bilhões. É o segundo pior maio da história do Brasil. Um rombo que nunca teve: 60,98 bilhões. Isso é Governo Lula. O dólar semana passada bateu 5,65. É o Lula abrir a boca dele, que é pior que uma latrina, e o Brasil afundando. E o irresponsável continua falando besteira. Comparações não vou fazer com o governo anterior, que é até covardia fazer, mas todo mundo sabe que o Lula prometeu a picanha e a

cervejinha, agora ele falou que o pobre tem que comer frango ou pé de galinha. Vocês lembram disso, gente? Esse é o Lula, o maior mentiroso da história. O que mais temos aqui dele: o peso argentino ultrapassou o real. O Brasil tem a pior moeda entre os emergentes de 2024. A pior moeda! No tempo do Bolsonaro, a moeda só subiu, o real em relação ao resto das moedas mundiais. Olha, a diferença é brutal e tem gente que vem falar que o Brasil está indo bem. Agora o Lula resolveu fazer os cortes. Vai cortar 26 bilhões. Sabe de quem, gente? Ele vai cortar do INSS, do auxílio-doença, da aposentadoria, dos programas sociais. Em vez de ele cortar de artista, em vez de ele cortar dos Ministérios, que os caras fazem a farra com o dinheiro público, não, ele vai cortar do mais carente. Agora, qual adjetivo para um cara desses? Além de ladrão, um perfeito canalha. Não tem outro adjetivo, não tem como respeitar um animal desses, que está destruindo o nosso Brasil a cada dia. Esse cara tem que ser interditado imediatamente. Então, é inaceitável termos que ouvir um Deputado do PT falar em corrupção. Fale na corrupção do seu partido, que a quadrilha está lá roubando dia a dia e afundando o Brasil. Não é possível as estatais... Ele pegou estatal com 188 bi de lucro, hoje devem achar que mais de 30 bi de prejuízo. Cadê o dinheiro? Onde foi parar o dinheiro, Deputado Renato Freitas? Pergunte para a Liderança do seu Partido. Então, não vem falar de juiz aqui não, tenha vergonha na cara! Olhem para próprio rabo do seu Partido que estão destruindo o nosso Brasil. Cortaram dinheiro da educação, cortaram da saúde, cortaram da Farmácia Popular. Vocês vêm falar de picuinha, acusando todo mundo! Isso é leviandade, isso é hipocrisia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou concluir. Tive até que mudar um pouco, porque depois de ouvir tanta besteira daquele Deputado que acusa todo mundo, e nós sabemos muito bem quem ele é, quem ele defende, quem são os amigos dele. O cara que só *bate* em policial aqui e defende criminoso; o cara que bate palmas para maconha; o cara que invade igreja; o cara que maltratava a mulher dele – dito por ela que ele é machista e a oprimia. Agora, se diz oprimido,

mas, na verdade, é um grande opressor, mentiroso e hipócrita. Não tem ninguém mais hipócrita que o senhor nesta Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, cumprimento também os nossos convidados. Vim à tribuna hoje para falar de um assunto de saúde, que é realmente sobre a epidemia de dengue. Esta aqui é uma manchete da *Folha de Londrina* da última quarta-feira. Portanto, há alguns dias. A *Folha de Londrina* traz o seguinte: que tivemos nesse período epidemiológico, aqui no Paraná, 511 óbitos por dengue, 511, do dia 30 de julho de 2023 até o dia 03 de julho deste ano. Portanto, 11 meses. E esse documento, que é um documento da Sesa, mostra que o Estado acumulou, além dos 511 óbitos, 547 mil 351 casos confirmados, quase um milhão de notificações por dengue nesse período. E fala ainda mais: que na última semana a Sesa registrou 38 óbitos, incluindo um menino de dois anos, de Ortigueira, e uma menina de 13 anos, de Sertãoópolis. Estou falando isso para mostrar a gravidade da situação que é a epidemia de dengue, que praticamente pega todo Estado do Paraná e alcança praticamente todos os Estados brasileiros. E a nossa região de Londrina, a nossa cidade de Londrina é a cidade com maior número de casos. É uma tristeza porque grande parte dessas pessoas que morreram e que teve aí o abreviamento da vida dessas pessoas, não tinha comorbidade nenhuma, e pega pessoas de todas as idades. Reconhecemos o trabalho que está sendo feito pelo Poder Público, reconhecemos o trabalho importante dos agentes de saúde, mas essa guerra contra o mosquito perdemos, temos perdido, e muitas famílias choram realmente a perda dos seus entes queridos. Queria dizer que a ciência sempre procura buscar uma saída para essas questões, e venho aqui falar de um programa que foi desenvolvido na Austrália, pela Universidade de Melbourne, que se chama *Método Wolbachia*. Descobriu-se, Deputado Nelson Justus, que praticamente todos os insetos têm no seu aparelho digestivo – mais de 70% dos insetos, inclusive os mosquitos – uma bactéria que se chama bactéria *Wolbachia*. Todos os insetos, os mosquitos que têm a bactéria *Wolbachia* nenhum vírus se

desenvolve e, portanto, o mosquito não se torna vetor para transmitir doença. Por exemplo: o pernilongo. O pernilongo, que é o mosquito chamado como *Culex*, 100% dele tem a bactéria *Wolbachia* e 100% dos pernilongos não transmitem nenhum tipo de doença causada por vírus ou bactérias. Então, se descobriu da possibilidade de você colocar a bactéria *Wolbachia* no mosquito *Aedes aegypti*, que é o mosquito da Dengue. O mosquito *Aedes aegypti* não tem a bactéria *Wolbachia*. Por isso que ele transmite o vírus da Dengue, que são quatro vírus, o vírus da Zika, do Chikungunya e da Febre Amarela Urbana. É um trabalho extraordinário que está sendo feito por uma instituição sem fins lucrativos, e aqui no Brasil com o Ministério da Saúde, com a Fundação Fiocruz, que está fazendo parcerias com Estados e Municípios. O exemplo maior é de Niterói que, em um ano e pouco da soltura desses mosquitos, reduziu significativamente o número de infectados, de pacientes com Dengue. Aqui no Paraná, duas cidades vão iniciar esse trabalho: a cidade de Londrina e a cidade de Foz do Iguaçu, em uma parceria entre Ministério da Saúde, através da Fiocruz, Secretaria de Saúde do Estado e Municípios. Vai ser construída uma biofábrica para ser introduzida a bactéria *Wolbachia* no mosquito. A previsão, lá em Londrina, é que cada semana se solte 12 milhões de mosquitos em vários bairros da cidade e, a partir dali, a fêmea já vai colocar os ovos com a bactéria *Wolbachia*. Todos os descendentes desse mosquito vão nascer com essa bactéria *Wolbachia*. Então, vai se aumentando, com o passar do tempo, a população desse mosquito com a bactéria e, conseqüentemente, não vai ter mais a ascensão, a produção do vírus, e, conseqüentemente, diminuir o número de pacientes com Dengue aqui nessas cidades. Estou vindo aqui porque estou dizendo que é uma medida complementar também, uma medida importante, uma medida complementar. É lógico que essa medida tem que ser associada com outras. Não pode parar o trabalho dos agentes sanitários, não pode parar a evolução da questão da vacina, mas temos aqui no Paraná oito universidades e as universidades poderiam fazer essas biofábricas. Muitas das universidades têm os entomologistas. Podemos fazer esse trabalho praticamente em todas as regiões do Estado do Paraná e, provavelmente, já tenhamos daqui a alguns anos um resultado extremamente positivo, diminuindo o

número de casos, diminuindo o risco das pessoas morrerem por Dengue. E quem teve Dengue sabe que é uma doença que leva a pessoa para cama, é uma doença que deixa a pessoa com queixa durante semanas. Têm pacientes que, às vezes, ficam com dor por meses. Então, estou colocando aqui como sugestão, já que a própria Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, em uma bela ação, está fazendo essa parceria com o Ministério da Saúde, com a Fiocruz. Tenho certeza que eles devem estar envolvendo as universidades, que envolvamos não só as universidades públicas do Paraná, mas as universidades privadas. Acho que é uma contribuição que vamos dar para a nossa população extraordinária e servirmos de exemplo, inclusive, para o resto do Brasil. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno - PSD): Obrigado, Deputado Tercilio. Agora vamos ouvir, pela Liderança da Bancada Feminina, a Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, Deputadas e Deputados, quero falar de dois assuntos aqui hoje. Primeiramente, também quero me dirigir em relação à fala do Desembargador Luís Cesar Espíndola, que foi extremamente infeliz, na semana passada, Deputada Cloara, quando durante um julgamento de uma medida protetiva, de uma criança de 12 anos, acabou dizendo que a mulherada está louca atrás de homem. Eu queria dizer ao Desembargador que a mulherada está louca mesmo atrás de respeito, Deputada Mara, de paridade dos seus direitos, de igualdade, pelo fim da violência de gênero contra a mulher. É disso que estamos loucas atrás, de fato. Então, quero deixar aqui o meu repúdio à fala do Desembargador que, aliás, já tinha alguns problemas, inclusive contra a própria mãe. A mãe tem uma medida protetiva contra ele. Então, fica o meu repúdio aqui, enquanto Líder da Bancada Feminina. Tenho certeza que as Deputadas também endossam esse posicionamento. Vi que a Deputada Cloara, através da Procuradoria, também já se manifestou. Temos que nos opormos sempre, Deputada Mara, contra falas como essa, porque elas rebaixam a mulher. E ali naquele caso, além de ser uma menina, era uma criança de 12 anos que tinha sofrido assédio sexual. Então, fica aqui o nosso repúdio. Quero tratar de um

assunto que recebi na semana passada, que diz respeito aos pedágios, Deputado Arilson, Deputado Hussein, que é o Líder do Governo. Temos algumas Leis nesta Casa, Leis Estaduais, que tratam sobre questões relacionadas ao pedágio. Uma delas é a Lei n.º 18.537, de 2015, que se não me engano é de autoria do Deputado Ricardo Arruda, inclusive, e que foi alterada pelo Deputado Marcio Pacheco, que isenta o pagamento do pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, as com transtorno do espectro autista e, ainda, as com deficiência, de acordo ao art. 2.º da Lei Federal n.º 13.146, quando em tratamento fora do município de seu domicílio. Vejam vocês que recebemos um caso na semana passada, Deputado Moacyr, de uma moradora de Castro. Ela faz tratamento de câncer na Santa Casa de Ponta Grossa, ou seja, ela viaja praticamente todos os dias para fazer o seu tratamento e ela sempre teve isenção do pedágio, de acordo com essa lei que temos aqui nessa Casa. Entretanto, é um benefício que a concessionária que administra a estrada negou a ela. Então, ela procurou o Ministério Público e o Ministério Público ingressou com uma ação na justiça para garantir, Deputado Antenor, esse direito de ela passar, poder ir até a próxima cidade para fazer o seu tratamento de saúde. A justiça concedeu uma liminar, Deputado Hussein, para que ela fosse isenta do pedágio, mas a concessionária contestou, inclusive alegou que a competência não era da Justiça Estadual e, sim, da Justiça Federal, por se tratar de uma estrada federal. Infelizmente, a Justiça Federal acabou suspendendo a decisão, que antecipou a tutela diante da necessidade de obtenção de maiores informações, bem como eventual potencial da decisão afetar diretamente outras pessoas em situações similares. Enfim, disse que poderia causar um prejuízo. Fico olhando prejuízo, prejuízo para a concessionária, Deputado Evandro? A pessoa está ali fazendo um tratamento de câncer, tem o direito por uma lei desta Casa, mas está sendo impedida pela concessionária de ultrapassar o pedágio sem pagar. Lembro quando: *“Vamos ter o pedágio novo! Melhor pedágio do mundo!”* O Sandro Alex é o mentor intelectual do pedágio, que disse que teríamos o melhor pedágio do mundo, as melhores estradas do mundo. É isso aqui que temos? Porque isso aqui está prejudicando a população. Essa nova modelagem está atrapalhando a vida de pessoas

hipossuficientes como essa, que está em tratamento, Deputado Marcio. Está aqui uma lei de sua autoria, no caso dos autistas. Concedo-lhe um aparte.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputada Mabel, primeiro quero cumprimentá-la por trazer essa pauta em debate aqui na Assembleia Legislativa. Já vivemos esse filme antes nas concessão anteriores, que sensibilidade é algo que não faz parte do vocabulário delas. Não fazia das anteriores e, ao que tudo indica, pelo que V.Ex.^a está me trazendo, não fará também dessas. E nem sequer a lei se respeita neste País, porque é uma bagunça; porque se existe uma lei que está em vigor no Estado do Paraná como é que pode... Eu sei que a argumentação vai ser de que a rodovia é federal, que a concessão é federal, mas existe uma lei que está em vigor no Estado do Paraná, a praça de pedágio não está fora do Estado do Paraná. Então, Deputada, não sei o que V.Ex.^a pretende encaminhar nos próximos passos, mas quero que V.Ex.^a conte comigo integralmente, junto com V.Ex.^a, em qualquer ação que V.Ex.^a queira encaminhar, porque é realmente um absurdo, é uma lei que se justifica, tem alicerce para que ela seja respeitada. E V.Ex.^a está de parabéns por defender essas pessoas que mais precisam e que, nesse momento de fragilidade, ainda dependem de ter que ficar se humilhando diante de uma praça de pedágio. Então, parabéns, e conte comigo em qualquer ação que V.Ex.^a for encaminhar.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Deputada, com licença.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Por favor, Deputado.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Quero ser rápido para não atrapalhar o raciocínio de V.Ex.^a, que tem se notabilizado pela defesa das pessoas que estão precisando. No caso em tela, já não bastasse o sofrimento de estar todo dia indo e voltando, ter que se deparar com uma falta de respeito como essa. Eu vou lhe dar uma sugestão. Na pessoa do Procurador-Geral do Estado, Dr. Luciano, que é uma pessoa extremamente sensível, gostaria de pedir autorização para V.Ex.^a de pedir que ele faça, através da Procuradoria do Estado, uma provocação a essa empresa para que passe a respeitar a nossa lei. Está bem?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Deputado Hussein, era uma das minhas sugestões que a Procuradoria-Geral do Estado pudesse atuar nesses casos, porque imagino que não seja só esse, devemos ter mais casos aqui no Estado que infelizmente não sabemos, até estava conversando com o Deputado Arilson sobre a questão para conversarmos com a ANTT. Precisamos fazer alguma coisa nesse sentido, Deputado Marcio, porque essas pessoas, como eu disse, estão frágeis, passando por toda uma situação. Gente, é uma lei e lei tem que ser cumprida. Por favor, Deputado Arilson.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Primeiro quero parabenizá-la, Deputada Mabel, pela fala e pela cobrança. Acho que o Deputado Hussein colocou um caminho que é válido. Acho que temos que buscar a ANTT e, também, temos que ir junto à Secretaria de Saúde do Estado fazer uma lista das pessoas que necessitam desse tratamento, para poder já chegar à ANTT e à Justiça com o nome das pessoas e placas de veículos que precisam ser isentos, de acordo com a lei aprovada nesta Casa. Parabéns.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Até porque me parece que realmente as concessionárias antes tinham um credenciamento. Então, seria extremamente válido. Então, fica aqui esse caso. Nós somarmos esforços nesse sentido. Acredito que não é somente essa lei que não vem sendo cumprida pelas pedageiras, sabemos de outras Leis Estaduais que estão sendo descumpridas, e precisamos ficar atentos agora nos próximos lotes. Foi uma discussão, inclusive, que eu lembro, se as novas concessões respeitariam as Leis Estaduais que aqui já tinham sido feitas.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Permite-me um aparte, Deputada Mabel?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Por favor, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Quero dizer que esse tema foi um tema bem discutido, não é, inclusive entendo que as Leis Estaduais têm abrangência em relação à concessão, muito embora não tenha sido feito nenhum condicionante na delegação das rodovias estaduais. Creio que tivemos já uma

decisão judicial favorável à aplicação de Lei Estadual e, um caso específico. Entendo que é um tema que tem que ser tratado mesmo com as novas concessões. O que está faltando objetivamente é interlocução do Paraná com a ANTT e com o Ministério da Infraestrutura e dos Transportes na modelagem. Estamos com um problema objetivo, tanto que propusemos a criação de um observatório aí do pedágio para que a sociedade civil organizada, o setor produtivo, possa dialogar com o Governo Federal, porque de fato estamos ao Deus dará.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada, Deputado Romanelli. Obrigada a todos os Deputados que apartearam. É uma discussão séria, exige muita responsabilidade, são muitos casos que temos aí de pessoas que transitam pelas estradas para fazer tratamento de saúde, de pessoas autistas. Então, precisamos fazer valer as leis que aqui foram... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSD): Fazer valer as leis que foram sancionadas aqui por este Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Gugu Bueno – PSD): Agora vamos ouvir, pela Liderança da Oposição, o Deputado Arilson Chiorato. Quero saudar o nosso Vereador Giovane, de Tamboara, presente aqui neste Plenário.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Na última semana, no paraíso fiscal brasileiro conhecido como Balneário Camboriú, foi feito o encontro de terraplanistas, foi servido chazinho de *Cloroquina*, sanduíche com *Ivermectina* e um circo montado, pago pelo Jorginho, para servir ao palhaço Jairzinho. Um show de horrores que atacou o Brasil de ponta a ponta: palavrões, ódios, afronta, *Fake News* e, mais do que tudo, o desrespeito à nossa Pátria. Tinha até lá mágico que sumia com joias em grande volume, mágico que fazia cocaína voar, escondida, tipos de pessoas que não têm a hombridade e a questão moral para defender aquilo que acham que é certo, ou melhor, desconhecem. Tinha até palhaço louco, com o nome de “*Milouco*”, opa, Milei, contratado para vir criticar o Brasil. E, ainda, dentre as suas falas, falou assim à sua plateia animada, ou melhor, contratada:

“Vocês queriam que o Brasil virasse os Estados Unidos? Não vai virar, mas agora pode virar a Argentina”. E tinha louco batendo palma para tudo isso. Esse foi o encontro daqueles que querem mudar o Brasil; daqueles que achavam que a bandeira brasileira ia virar vermelha, e ainda acreditam nisso; daqueles que acreditavam que as igrejas seriam fechadas, e ainda acreditam nisso; daqueles que não admitem que a inflação caiu no Brasil; daqueles que não aceitam que a gasolina não está mais “oito conto” o litro; daqueles que estão inconformados que a carne abaixou o preço; daqueles que têm raiva que hoje tem 7,1% de desemprego no Brasil; daqueles que estão torcendo contra porque o PIB cresceu mais do que o previsto, e passamos ser a oitava economia do mundo; daqueles que, nos últimos 12 meses, estão amargurados porque o aumento de consumo nos supermercados do Brasil aumentou 8% pelo efeito Lula. Esse pessoal resolveu montar um circo, com uma tenda – sabe-se lá como foi paga –, e ainda a “garota veneno”, estrela do evento, ou melhor, “Véio da Havan”, que, ao invés de falar do Brasil, critica indiretamente o seu povo; critica o comunismo, mas na Havan só vende produto chinês, 100% comunista; critica a tributação, mas é um dos que mais deve no Brasil. É incrível entender o que está acontecendo, minha gente. Há agora um motim, fizeram um congresso para tentar esconder isso daqui: última página do relatório dos inquéritos das joias, assinado pelo Delegado Fábio Alvarez Shor. Essa atuação ilícita teria a finalidade de desviar bens, cujo valor mercadológico se aproxima de US\$ 4,5 milhões, ou seja, R\$ 25,3 milhões. Querem esconder a cocaína que passava no avião da FAB. Querem esconder as compras do Huguinho, Zezinho e Luizinho, os três patetinhas, que são os filhos do Jair Bolsonaro. Querem tirar o foco, querem descaracterizar o cenário e transmitir para uma realidade virtual. E aqui, aqui nesta Casa, Deputado Arruda é o líder do movimento ilusório brasileiro, vive em um mundo de fantasia. Eu não sei se tomou chazinho de *Cloroquina* ou sanduichinho de *Ivermectina* ou o que está fazendo, mas traz aqui elementos fantasiosos, elementos mentirosos, elementos que não condizem com a verdade. Falar que o Brasil passa um momento econômico difícil, deve estar morando na Argentina mesmo! Seguiu à risca o “*Milouco*” e agora acha que o Brasil está na mesma penumbra que está lá hoje. O Brasil segue com notas

avaliadas pelos comitês fiscais internacionais aumentadas. A nota de crédito à política brasileira hoje é positiva. De fato, se tem alguma coisa que saiu do vermelho foram as finanças do Brasil. E nesta parte vamos lutar para ela continuar indo *de vento em popa*, para cima. É incrível ver aqui Deputados paranaenses devotando coisas que só passam em grupos de *WhatsApp*, do *Telegram*. Os problemas que temos que discutir aqui nesta Casa estão ofuscados. Tinha me preparado aqui, hoje, para discutir questões da saúde pública que merecem apreço, tanto do Estado quanto do Governo Federal, mas tive que abandonar o meu discurso para vir fazer um contraponto ao delírio de alguns Deputados aqui nesta Casa. Parece incrível, mas, Deputados, estou esperançoso. Depois da resistência do povo francês e da resistência do povo inglês, esse tipo de discurso mentiroso e odioso da Extrema Direita não vai prevalecer no mundo. Não acho que isto é uma ocasião, isto é uma tendência! As pessoas estão vendo que os “*deliriopatas*” políticos não falam a verdade. As pessoas são movidas por sentimentos, por sensações, por percepções e não por videozinho mentiroso sem origem. Pois não, Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Queria falar sobre os números da economia argentina. Não sei se cabe um aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Todo o tempo que V.Ex.^a precisar.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): O jornalista Ariel Palacios, que é londrinense, diga-se de passagem, mas vive na Argentina há muitos anos, ele escreveu um *Twitter* muito interessante que fala sobre a economia argentina, porque muitos eram otimistas com as medidas tomadas pelo Governo Milei. O que ele diz? Que na verdade, de março para abril, a coisa começou a complicar ainda mais na Argentina. A produção automotiva lá caiu 40% em junho em comparação com o mesmo mês em 2023; a arrecadação caiu 14% em junho; a venda de insumos para a construção civil, isto é, cimento, canos, tintas, entre outros produtos, despencou 32% em junho; a produção mineradora, que era um dos poucos setores em crescimento na economia argentina, desde 2022, breiou a sua expansão e teve uma queda de 6,4%; a liquidação de divisas do setor agrícola

despencou 24%; a inflação continuava aumentando a cada mês, mas ia desacelerando, foi de 25% em dezembro até 4,2% em maio, mas os economistas que são consultados pelo próprio Banco Central calculam que a inflação agora de junho será de 5,2%; e os economistas consultados pelo Banco Central calculam que o PIB deste ano terá uma queda de 3,7%. Ou seja, essa é a realidade. Entre outros tantos números, dizer o seguinte: reconheçamos aqui, quem é o Presidente Milei para vir aqui dar lição de moral para o povo brasileiro? Sinto-me envergonhado de ver ato como aquele. Sinceramente, a mim me parece um despropósito isso e V.Ex.^a tem razão. Na Inglaterra, os trabalhistas venceram as eleições dos conservadores, embora lá na Inglaterra não exista a Extrema Direita, lá é um país em que a civilização avançou e o processo civilizatório está avançando. Na França, uma grande aliança agora, aliança que vai se chamar Frente Republicana, entre a Centro Esquerda e a Centro Direita, deixando isolada a incivilizada Extrema Direita. Então, quero dizer que na verdade a democracia, o Papa alertou ontem, é o bem maior da humanidade e ela tem que ser preservada. Quem é democrata tem que acreditar no jogo da política do diálogo e não da desconstrução, como alguns pretendem fazer. Parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado pela oportunidade e do incremento de dados tão substanciosos, Deputado Romanelli. Eu fico esperançoso que a tenda do delírio, a lona do ódio, o picadeiro da falta de bom senso, que aconteceu em Santa Catarina, não vai vencer a esperança do povo brasileiro. É de fato um momento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É de fato um momento que exige uma reflexão de todos nós. Não podemos, ao ponto de ferir a nossa Pátria, de querer rebaixá-la para delírios, façamos de conta e nos silenciemos sobre isso. Agredir o Brasil, falar mentiras sobre o Brasil em um momento desses para fazer jogatina política é uma forma de desrespeito muito grande! Só não se deram conta de uma coisa: foi essa mesma tática que perdeu as eleições em 2022. As pessoas não

são objeto de manipulação igual se tem no grupo do *WhatsApp* ou do *Telegram* do “*titio Jairzinho*”, que logo não estará mais entre nós, estará um pouco isolado, diga-se de passagem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, hoje vou saudar as mulheres primeiro. Orgulho que sinto de ter na Casa um número tão significativo de mulheres atuantes e dedicadas. De fato! Não sou candidato a nada, é de coração. Vejo um número forte, e vemos a luta das mulheres para chegarem até onde chegaram. Tenho uma filha que está na vida pública e, às vezes, por ela, em nome dela, sinto o que é ser mulher. Eu sinto! Parabéns! Quero saudar a Mesa e os colegas que estão aqui, e dizer que o assunto pedágio me emociona muito e me seduz, Deputada Mabel e os outros Deputados que estão aqui. Acho que tem que ser uma cruzada de toda a Casa. Temos várias leis aqui e vamos entrar em um momento importante em que temos que atuar com toda a força para saber se de fato serão respeitadas ou não as nossas leis. Sou um parceiro desta luta, vou acionar a Procuradoria do Estado, tudo aquilo que for necessário, porque já tivemos exemplos terríveis no passado. Terríveis! Podemos lembrar de falhas em todos os segmentos. Lembro-me uma delas que causou a vida, Deputado Paulo Gomes, de uma família com várias crianças, que foi a má sinalização na rodovia, aqui na 277, que morreu o pessoal da família da Rede Globo; e, não menos traumático, tantas e tantas e tantas famílias que temos que verificar. De cara, quando passamos por ali, não é Fadel, que você passa sempre, já vemos que quando estão arrumando uma estrada não está bem sinalizado. Então, temos que acionar todos os organismos necessários, desde o DER até o ANTT, quanto a outros assuntos importantes de direitos que as pessoas têm.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Apenas para não perder o momento, pode ser que nos próximos lotes volte o debate dos moradores lindeiros às praças de

pedágio, aqueles que moram vizinhos às praças, que não têm tido respeitado o seu direito de ir e vir. Imagine você morar do lado de uma praça de pedágio e ter que pagar o pedágio para sair de casa. Então, só chamar a atenção para isto, porque este é um assunto que se a Casa abraçar este conjunto de leis que temos no Estado do Paraná e cobrar das novas concessões, vamos também cobrar esse direito dos nossos moradores lindeiros às praças de pedágio.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): ... E esta causa não é minha, não é da Mabel, não é de ninguém, é nossa, do PT, do PSD, do PSDB, de todo mundo, gente! Penso assim e assim quero agir. A nossa estrela do dia, Deputado Paulo Gomes, permita-me assim falar, homem que tem a cara do consumidor, homem que tem a cara desta transformação e que estamos ganhando a partir da sua luta, do seu desempenho. Senhor Presidente, o Deputado Paulo Gomes capitaneou um processo para a criação do Código do Consumidor e nesse processo conseguimos um trabalho importante, mais de 100 Leis Estaduais, com 304 artigos, foram discutidas e incorporadas a esse Código. A proposta inclui medidas de proteção... Vou dar um exemplo só: a assinatura física em contratos de empréstimos para pessoas acima de 60 anos, a adequação de caixas eletrônicos para pessoas com deficiência, a obrigatoriedade de disponibilizar água potável gratuita em shows e festivais ao ar livre. Estou citando aqui poucos, mas tem uma série de outros benefícios que foram trazidos e que foram capitaneados, e eu tenho o prazer e o orgulho de ter sido o Relator, está aqui o Deputado Nelson Justus que fez parte. E vocês terão acesso, nos próximos dias, para votar aqui nesta Casa. Vai ter que ter um certo tempo para ler, porque ele contempla um monte de benefícios. E acho que a grande virtude do Deputado Paulo Gomes foi o diálogo. Ele recebeu aqui desde a Febraban aos cartões de créditos, até o pequeno empresário que mora lá no bairro. Ninguém foi esquecido, todos foram recebidos por ele, todos tiveram a oportunidade de conversar, e o Deputado soube construir algo de bom senso. Por que vamos matar por assim dizer alguém, vamos construir, e V.Ex.^a está de parabéns, receba aqui a minha homenagem. E os Deputados que tiverem acesso a esse novo Código do Consumidor do Paraná vão entender o que estou falando no dia de hoje. Então, quero só, Sr. Presidente,

deixar o meu abraço a todos vocês e dizer um até logo, porque estou saindo de licença de saúde e volto nos próximos dias. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Palmeira, Sr. Sergio Belich, por solicitação da Deputada Maria Victoria. Seja bem-vindo. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:* *Alexandre Curi (PSD), função administrativa; e Batatinha (MDB), conforme art. 97 § 3.º VI do Regimento Interno (2 Parlamentares). Deputados ausentes sem justificativa:* *Cristina Silvestri (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Marcel Micheletto (PL) e Requião Filho (PT) (4 Parlamentares).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 447/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública ao Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Filhos da Capela; **Autuado sob o n.º 448/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Dexis, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 449/2024**, do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Semear – Associação de Terapia e Harmonia Canábica, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 450/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que altera a Lei Estadual n.º 15.135, de 31 de maio de 2006, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao município de Conselheiro Mairinck; **Autuado sob o n.º 451/2024**, da Deputada Cloara Pinheiro, que institui a Política Estadual de Valorização do Trabalhador Manual, estabelece diretrizes e outras providências; **Autuado sob o n.º 452/2024**, do Deputado Denian Couto, que dispõe sobre a manutenção de prerrogativas para autorização de porte de arma de fogo oficial aos integrantes permanentes das forças de segurança estaduais transferidos para a inatividade; **Autuado sob o n.º 453/2024**, do Deputado Batatinha, que institui o Dia do Cosplay, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro; **Autuado sob o n.º 454/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a Denise Stoklos; **Autuado sob o n.º 455/2024**, da Deputada Maria Victória, que dispõe sobre o incentivo à descarbonização industrial no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 456/2024**, dos Deputados Maria Victória, Mabel Canto e Hussein Bakri, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Quadros da Silva; **Autuado sob o n.º 457/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Cornélio de Lange no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 458/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a neurofibromatose no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 459/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente de conscientização sobre a depressão das pessoas idosas no Estado

do Paraná; **Autuado sob o n.º 460/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente de conscientização, prevenção e tratamento das doenças do sono no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 461/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a doença celíaca no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 462/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Atrofia Muscular Espinhal – AME, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 463/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Williams no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 464/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Turner no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 465/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 466/2024**, da Deputada Marli Paulino, que institui a “Semana de Conscientização e Prevenção da Síndrome Pós-Pólio, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 467/2024**, do Deputado Ney Leprevost, que altera a Lei Estadual n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, para dispor sobre o uso do símbolo internacional de acesso nos veículos utilizados rotineiramente para o transporte de pessoa com deficiência; **Autuado sob o n.º 468/2024**, da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre a instalação de telas de proteção nos órgãos e repartições públicas, para fins de segurança e dá outras providências.

Projetos de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 6/2024**, da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 6.345, que prorroga o prazo de pagamento do Imposto sobre Operação Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, considerando as externalidades climáticas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados e Deputadas, peço a atenção. Havíamos anunciado que iríamos suspender o recesso no mês de julho, mas, por entendimento de todas as lideranças da Casa, que entenderam que era importante mantermos o recesso e repensarmos, em setembro, outra alternativa em função do processo eleitoral. Diante disso, acolhi a manifestação dos líderes, que são quem decidem na verdade aqui na Casa. Não podemos encerrar o período sem votarmos a LDO. Então, a LDO iremos submetê-la a votação no dia 15, segunda-feira da semana que vem. Dia 15, em Sessão única. Vamos antecipar a Sessão de terça para o dia 15 e uma Extra para aprovarmos a LDO. Então, a título de conhecimento de todos, está mantido o recesso parlamentar a partir do dia 16.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, vamos ter uma Sessão só segunda-feira à tarde? Duas Sessões é isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Três Sessões.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Três Sessões na parte da tarde?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Isso. Ocorre que, como não havia sido ainda publicado o Ato da Comissão de Orçamento em função da LDO, que o Regimento estabelece como regra cinco dias, nós temos que... Publica-se agora e o prazo decorre no domingo e na segunda-feira faremos a votação da LDO.

Passamos aos Itens da pauta.

Nós temos aqui quatro Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição do Estado – PEC n.º 1/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 4/2024, que acrescenta o §4.º ao art. 125 da Constituição do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 362/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Mabel Canto e Marcio Pacheco, que altera a Lei n.º 19.430, de 15 de março de 2018, que institui o mês Janeiro Branco, a ser dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 427/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Programa Ração Pet para os cães Policiais do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 13/2024, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que institui a Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Epilepsia e dá outras providências.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, na função de Presidente da Comissão de Orçamento, quero convocar os membros titulares e suplentes que integram a referida comissão para que possamos fazer amanhã, às 11 horas, a reunião da Comissão de Orçamento para análise e votação do parecer do Substitutivo Geral que será apresentado pelo Relator da LDO, o Deputado Evandro Araújo. Será na sala Deputado Rubens Recalcatti, sala do legislativo, no 3.ª andar, às 11 horas, amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

ITEM 5 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 385/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 145/2024, que acrescenta e altera dispositivos da Lei n.º 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno a Emenda aprovada em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, enquanto os Deputados votam, apenas cumprimentar o nosso colega, o ex-deputado Michele Caputo, que está ali nos visitando. Deputado, seja bem-vindo. Presidente, faça as vezes, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É verdade. Seja bem-vindo, Deputado Michele Caputo, sempre Deputado.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, na mesma esteira, aqui está o Deputado Estacho, também junto conosco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ah, Deputado Federal, Deputado Estacho.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, aproveitando, cumprimentar também o ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Marialva, o Ricardo Vendrame, que nos visita aqui nesta tarde também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seja bem-vindo. Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Luís Corti, Moacyr Fadel, Flávia Francischini, Ney Leprevost, Renato Freitas e Ricardo Arruda. Votação encerrada:

[Votaram Sim: *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados);*

Não Votaram: *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

(O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata a abstenção

dos Deputados Fabio Oliveira e Mabel Canto, ao invés do voto favorável registrado no aplicativo de votações.)

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 463/2023, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que dispõe sobre a divulgação de alerta sobre injúria racial em eventos públicos, conforme especifica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Igualdade Racial e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Emenda da Comissão de Igualdade Racial com parecer favorável da CCJ. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as Emendas. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 463/2023.**

Vamos submeter ao voto as Emendas. Em discussão as Emendas. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (11 Deputados).]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as Emendas.**

Senhores Deputados, os **Itens 7 a 13** faremos votação agrupada no painel.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por quê? Porque são correlatas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): São correlatas.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 470/2023, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de Utilidade Pública à Casa Missionária, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 110/2024, de autoria do Deputado Fabio de Oliverira, que concede o título de Utilidade Pública ao Clube Desportivo Paranaense. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 175/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Polono-Brasileira Padre Daniel Niemiec (APBPDN), com sede no município de Cruz Machado. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 239/2024, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de Utilidade Pública à Ong Vougan (Pequeno Guerreiro), com sede no município de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 333/2024, de autoria do Deputado Reichembach, que concede título de Utilidade Pública à Agência do Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável do Noroeste do Paraná, com sede no município de Umuarama. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 336/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de Utilidade Pública Para o Grupo Escoteiro Eco 189-PR, com sede no município de Campo Largo. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 338/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de Utilidade Pública à “Associação Assistencial Educacional Peniel”. Parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por gentileza, obrigado. Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel , Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli*

*Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (10 Deputados).]*

Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados todos os Projetos.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/2024, que altera a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein Bakri, por favor, seu voto. Convença o Deputado Soldado Adriano, que precisa votar também.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Soldado Adriano, Paulo Gomes, Ney.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, pois não, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, no Item 5 me confundi aqui e acabei votando “sim”. É possível fazer o registro de abstenção?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não entendi, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): No Item 5 acabei me confundindo na votação. Na verdade queria ter votado pela abstenção. É possível fazer o registro?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sim, registramos em Ata, sem problema.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Então, no Item 5 abstenção. Obrigada.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): No Item 5 também, junto com a Deputada Mabel, gostaria que fosse mudado meu voto para abstenção no Item 5.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Apenas posso registrar em Ata a alteração. Não posso mudar o resultado, porque já foi anunciado.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 344/2024.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 376/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/2024, que institui o Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e outras Drogas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante projeto. Peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados que ainda não votaram, peço voto “sim”. Projeto importante, de alcance social muito grande.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, por favor, precisaríamos de uma conversa com V.Ex.^a. Votação...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, antes de concluir a votação, queria que registrasse meu voto “sim”, porque por alguma razão na minha máquina não está entrando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vota “sim”?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Do Carmo, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 376/2024. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Romanelli. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 16 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 383/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 144/2024, que institui o Programa de Residência Técnica no

Âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição voto “sim”.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, pela ordem, enquanto os Sr.^s Deputados efetuam as suas votações. Acabamos de receber em nosso gabinete, em função da Presidência da Comissão de Minas, Energia e Água, a Superintendência da Agência Nacional da Mineração, o antigo Departamento Nacional da Mineração. Para quem é de município menor, como somos nós, hoje, um Prefeito não consegue retirar uma carga de cascalho em lugar nenhum porque, por alguns interesses, ocorre a denúncia à Agência Nacional da Mineração e, também, à Polícia Florestal, e o Prefeito, o chefe de obras, o operador de máquinas vão responder na área criminal lá diante do Ministério Público. Então, entabulamos o encontro de todos os prefeitos do Estado do Paraná para os dias 4, 5, e 6 de novembro para tratar desse tema, para os prefeitos reeleitos e para os recém-eleitos. Então, coloco a data aí para os Sr.^s Deputados: 4, 5 e 6 de novembro a todos os prefeitos e futuros prefeitos do Estado do Paraná. Um evento para os 399 municípios, que vamos combinar bem com a Presidência desta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não**

Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 383/2024.**

ITEM 17 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 384/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 146/2024, que autoriza a Defensoria Pública do Estado do Paraná a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, pela ordem. Cumprimentos especiais ao Governo do Estado do Paraná pela iniciativa deste Projeto de Lei que beneficiará e muito os menos fragilizados e à categoria dos causídicos do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou com uma dificuldade tremenda para ouvir os Sr.ªs Deputados, peço à nossa equipe de som, por favor, que aumente o volume. Não é o meu caso, é no Plenário.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Àqueles que não votaram ainda, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost,

*Paulo Gomes, Professor Lemos, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 384/2024.**

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, pela ordem.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O pela ordem é para reforçar o convite aos Deputados e Deputadas e à população que nos acompanha, para a audiência pública de amanhã, às 9 horas, no Plenarinho da Assembleia, para tratarmos da reposição salarial dos servidores do Poder Executivo, da data-base do servidor do Poder Executivo. Então fica aqui reforçado o convite, amanhã, às 9 horas, no Plenarinho da Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 4/2024, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o decreto do Poder Executivo n.º 6.047, que internaliza no regulamento do ICMS o convênio ICMS 199/2023, que altera a tabela de que trata o caput. do item 22 do anexo VI, referente à redução de base de cálculo do imposto nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda há muitos Parlamentares que não votaram, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro,*

*Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Professor Lemos, Tercílio Turini e Thiago Buhner (32 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (22 Deputados).]* Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1746/2024, do Deputado Do Carmo, solicitando informações ao Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, conforme especifica. Pedido de informações ao Ex.^{mo} Sr. Sandro Alex.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Envio de Expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 1790/2024, dos Deputados Hussein Bakri, Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Márcia Huçulak, Marli Paulino, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Batatinha, Gugu Bueno, Luiz Cláudio Romanelli, Samuel Dantas e Tiago Amaral, solicitando a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 446/2024. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1787/2024, dos Deputados Maria Victória, Evandro Araújo, Goura e Arilson Chiorato, requerendo a desanexação do Projeto de Lei n.º 265/2022 e do Projeto de Lei n.º 1055/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1804/2024, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando a anexação dos Projetos de Lei n.ºs 222/2024 e 414/2024 ao Projeto de Lei n.º 177/2024, por tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1781/2024, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Ordem do Dia e que foram aprovados sem emendas no curso de suas tramitações. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1744/2024, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Airton Guerra, ocorrido no dia 24 de junho; **Requerimento n.º 1745/2024**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando informações ao Governador do Estado do Paraná sobre a viabilidade da duplicação da PR-317, no trecho que conecta o município de Ouro Verde do Oeste à estrada de acesso ao Distrito de Concórdia do Oeste; **Requerimento n.º 1747/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado do Paraná, requerendo providências urgentes para a verificação e implantação de sinalização, iluminação, redutores de velocidade, passagem de pedestres e outras melhoras necessárias na rodovia BR-369; **Requerimento n.º 1748/2024**, do Deputado Cobra Repórter,

solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo providências urgentes para a regulamentação e reconhecimento da Fibromialgia no Rol de Deficiências, a fim de garantir os direitos das pessoas portadoras dessa condição, como acesso a vagas de estacionamento preferenciais e outros benefícios sociais e fiscais;

Requerimentos n.ºs 1749 a 1762 e 1769/2024, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências urgentes para: reavaliação do Itinerário da Linha de ônibus Parque Tanguá (Linha 176); construção de uma ponte sobre o Rio Barigui, ligando a rua Tito Calderari à rua Júlia Domakoski, no bairro Mossunguê; recapeamento asfáltico da rua Herbert Neal, no bairro Santa Quitéria; manutenção da poda de árvores na rua Raimundo Picheti, bairro Xaxim; obras de contenção ao longo do córrego Cascatinha, no Jardim Pinheiros, Santa Felicidade; assegurar a fluidez do tráfego e a segurança dos pedestres durante os horários de entrada e saída dos alunos da Escola Ensino Fundamental Itacelina Bittencourt, localizada no bairro Vila Guaíra, e do Colégio Sesi, situado no bairro CIC; instalação de uma lombada na Avenida Fredolin Wolf, no cruzamento com a rua Alcides Darcanchi, no bairro Santa Felicidade; contratação ou alocação de médicos nutricionistas nas Unidades Básicas de Saúde dos bairros Boqueirão, Vila Hauer e Xaxim, em Curitiba; manutenção da limpeza pública e serviço de roçada na região da rua Pedro Gusso, no bairro Cidade Industrial de Curitiba - CIC; contratação de Médicos Dermatologistas para as Unidades de Saúde do município; contratação de Mais Médicos Oftalmologistas para reforçar o Quadro da Rede Municipal de Saúde; contratação de Médicos Psiquiatras para reforçar o atendimento na Rede de Saúde de Curitiba; garantir que o direito à vaga de estacionamento exclusiva aos pais de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em especial as matriculadas na Escola Municipal Desembargador Marçal Justen; manutenção da Infraestrutura do Centro de Educação Infantil (CMEI) Vila Real, no bairro Orleans; e revisar a decisão de proibir a atuação de fotógrafos de atletas no Parque Barigui;

Requerimento n.º 1763/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Ex.^{mo} Sr.^s Secretário de Estado da Educação e Procurador

Geral do Estado, requerendo providências para que o afastamento do PDE, para professores candidatos no pleito eleitoral de 2024, seja para tão somente durante o período eleitoral na forma da Lei, não obrigando ao cancelamento da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional, fato que traz prejuízos injustificáveis à carreira do servidor; **Requerimento n.º 1764/2024**, das Deputadas Maria Victória, Márcia Huçulak e Cantora Mara Lima e do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Comitê de Protocolos Clínicos e Diretrizes da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de saúde – Conitec, e à Ex.^{ma} Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, requerendo a criação de Protocolo Clínico e de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para o tratamento do Lipedema, permitindo a inclusão do tratamento de doença no Sistema Único de Saúde e a padronização para aplicação nos planos de saúde; **Requerimento n.º 1765/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo providências para que os servidores do turno noturno das escolas, durante as férias escolares, cumpram suas obrigações e registrem suas presenças ao trabalho no turno diurno; **Requerimento n.º 1767/2024**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando a (re) confecção de certificados das pessoas relacionadas em relação ao Requerimento n.º 1460/2024; **Requerimentos n.ºs 1771, 1773, 1777, 1778 e 1799/2024**, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o registro e o envio de menção honrosa às pessoas relacionadas, em reconhecimento aos serviços prestados ao município de Mandirituba; **Requerimento n.º 1772/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Presidente da Fundação Araucária, manifestando apoio ao Projeto de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação para melhoria da identificação de veículos por câmeras de videomonitoramento, visando ao combate do crime; **Requerimento n.º 1774/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Líder da Bancada Federal do Estado do Paraná e aos Ministérios da Justiça e da Segurança Pública e dos Direitos Humanos e de Cidadania, requerendo a inclusão de crimes graves e gravíssimos contra crianças na Lei dos Crimes Hediondos, bem como no caso desses crimes cometidos contra crianças ou adolescentes

vulneráveis pela Lei; **Requerimento n.º 1775/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações a todos os comerciantes, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos paranaenses no desenvolvimento econômico, na geração de emprego e renda, e por ocasião do Dia Nacional do Comerciante, celebrado em 16 de julho; **Requerimento n.º 1779/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de menção honrosa para o Pastor Eduardo Vila Nova, em agradecimento à sua dedicação aos ensinamentos cristãos e às contribuições sociais nos municípios do Paraná desde 1993; **Requerimento n.º 1780/2024**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Coletivo Fazenda Rima, sendo um grupo de jovens que se utilizam dos elementos do Hip-hop para incentivar e fomentar o protagonismo de jovens no município de Fazenda Rio Grande; **Requerimento n.º 1782/2024**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Everton Klauss, investigador da Polícia Civil, em reconhecimento por sua trajetória à frente da função de Superintendente da 15.ª SDP em Cascavel; **Requerimento n.º 1783/2024**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à atleta Nicolly Candeu Ribas, referência nacional no Patins Street, multicampeã, colecionando vários títulos na sua categoria; **Requerimento n.º 1784/2024**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, requerendo uma passarela no município de Santa Terezinha de Itaipu; **Requerimentos n.ºs 1785, 1786, 1788 e 1795 a 1798/2024**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. José Terbutino e à Sr.ª Maria Helena Terbutino, em reconhecimento ao aniversário; à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, do município de Telêmaco Borba, em comemoração aos 80 anos; aos Pastores e Lideranças Evangélicas do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados; ao Sr. Oswaldo Rodrigues de Jesus e à Sr.ª Marly Menezes Rodrigues de Jesus; ao Sr. Oswaldo Rodrigues de Jesus Filho e à Sr.ª Elisama Rodrigues de Jesus, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade de São Mateus do Sul; ao Sr. Roboão Senegaglia; ao Sr. João Campos de Oliveira

Filho; **Requerimentos n.ºs 1789 e 1791 a 1793/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios: Santa Isabel do Ivaí, 72 anos; Iracema do Oeste, 34 anos; Santa Maria do Oeste, 34 anos; e Diamante do Sul, 34 anos; **Requerimento n.º 1794/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio e registro de moção de apoio em prol do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Inovação em Robótica; **Requerimento n.º 1801/2024**, do Deputado Evandro Araújo e da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, requerendo a alteração no sistema de registro de boletim de ocorrência on-line; **Requerimento n.º 1802/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), de moção de apoio em prol dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação em Robótica da UTFPR.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1766/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 655/2020; **Requerimento n.º 1776/2024**, dos Deputados Tiago Amaral, Cobra Repórter e Hussein Bakri, requerendo a inclusão do Deputado Hussein Bakri como coautor do Projeto de Lei n.º 898/2023, de autoria dos Deputados Cobra Repórter e Tiago Amaral; **Requerimento n.º 1803/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 252/2019; **Requerimento n.º 1805/2024**, da Deputada Ana Júlia, solicitando a retirada da pauta do Requerimento n.º 1800/2024, que visava à convocação do Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1770/2024**, da Deputada Mabel Canto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de julho, por tratar do Dia Estadual do Femicídio.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1768/2024** do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de julho de 2024.

Requerimento retirado pela autora.

Requerimento n.º 1800/2024, da Deputada Ana Júlia e do Deputado Requião Filho, requerendo a convocação do Secretário da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, conforme especifica. **Documento retirado**, conforme **Requerimento protocolado nesta mesma Sessão, sob o n.º 1805/2024.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para o dia de amanhã, terça-feira, 9 de julho de 2024, à hora regimental, a **Sessão normal e a Sessão antecipada de quarta-feira**, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Sessão Ordinária** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 385/2024, 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 463/2023, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 344/2024, 376/2024, 383/2024 e 384/2024 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 4/2024 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 258/2024, 296/2024, 364/2024, 365/2024, 366/2024 e 412/2024 e dos Projetos de Resolução n.ºs 3/2024, 4/2024, 5/2024, 6/2024, 7/2024, 8/2024, 9/2024 e 10/2024; e **Sessão Ordinária antecipada de quarta-feira** - 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 344/2024, 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 583/2023, 258/2024, 296/2024, 364/2024, 365/2023, 366/2024 e 412/2024 e dos Projetos de Resolução n.ºs 3/2024, 4/2024, 5/2024, 6/2024, 7/2024, 8/2024, 9/2024 e 10/2024 e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 332/2022 e 768/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h15, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)